

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

43.^a Reunião
(2 de setembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente (Telmo Correia) deu início à reunião às 12 horas e 30 minutos.

Procedeu-se à apreciação de requerimentos e do pedido de audiência do ex-Deputado Henrique Neto.

O Presidente encerrou a reunião eram 13 horas e 37 minutos

O Sr. Presidente (Telmo Correia): - Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados, temos um conjunto de questões para decidir que foram levantadas em várias das audições que fizemos.

Em primeiro lugar, quero informar-vos do seguinte: não quero abusar das palavras, até para, depois, não ser chamado à atenção para o facto de não ter sido exatamente isso o que aconteceu na Comissão, mas penso que foi consensualizado, uma vez que não foi votado, e espero eu que tenha o acordo de todos, que, em relação à questão dos advogados, seria enviada uma carta à Sr.^a Bastonária, seria feita uma comunicação à Conferência de Líderes e reapreciada a possibilidade de os advogados serem chamados com ou sem sigilo profissional.

Devo dizer, Srs. Deputados, que eu estava a ultimar agora mesmo — aliás, tive um problema e, por isso, esta reunião foi atrasada meia hora — a carta à Sr.^a Bastonária e entre esta reunião e a de hoje à tarde os Srs. Deputados terão conhecimento dessa carta, sendo que a mesma será enviada nos termos em que combinámos, ou seja, vou dizer à Sr.^a Bastonária, porque estivemos a ver com as juristas da Comissão, nomeadamente com a Dr.^a Laura, a possibilidade de esta decisão da Ordem ser definitiva mas, efetivamente, há recurso dessa decisão e, inclusivamente, a própria Bastonária pode reponderá-la.

Portanto, penso que, faz sentido que eu, como presidente da Comissão, ponha à consideração da Sr.^a Bastonária reponderar à questão, se esse for o seu entendimento, e é nestes termos que a carta está praticamente ultimada e em condições de seguir.

Depois, caso a Sr.^a Bastonária não responda, até em função dos argumentos que aqui foram aduzidos, ou seja, de que a Assembleia, indiscutivelmente, representa o Estado, o cliente é o Estado e, portanto, não faz sentido que não haja acesso, a minha ideia — aliás, aqui várias vezes repetida e penso que consensualizada na Comissão — é que se não houver acesso a este tipo de informação haverá, de facto, uma zona fechada, uma zona completamente inacessível, que não é razoável em termos dos trabalhos da Comissão de Inquérito.

Portanto, pedirei à Sr.^a Bastonária para reponderar e, independentemente disso, e caso não seja esse o entendimento, que nos seja dado conhecimento da fundamentação, pois, enquanto presidente da Comissão tenho o entendimento que não é razoável que não só o Dr. Ayala seja impedido de depor como não nos seja dado conhecimento, sequer, da fundamentação desta decisão.

Depois, será feita uma comunicação à Conferência de Líderes do sucedido e das discussões que aqui temos travado.

Em relação ao Dr. Ayala, que nos comunicou que, até em relação a uma notícia surgida na comunicação social sobre a questão do já célebre almoço, ele próprio, pelo menos, nessa matéria, teria todo o interesse — e voltou a pedi-lo à Ordem — em poder esclarecê-la na Comissão de Inquérito.

Vamos ver qual é o resultado desta diligência para, na sequência da mesma, sabermos os termos em que ele virá à Comissão e, portanto, como foi dito, enviarei uma carta para ele e para o Dr. José Miguel Júdice a dizer que estamos a realizar esta diligência, mas que não prescindimos dos respetivos depoimentos e que a Comissão admite vir a chamá-los.

Penso que em relação a esta matéria é o que há a dizer.

Srs. Deputados, tenho ainda de fazer uma ou outra pequena retificação na correspondência que enviarei, depois dar-vos-ei conhecimento da mesma e poderemos reapreciá-la no final da audição de hoje à tarde, se assim quiserem, mas até lá, repito, dar-vos-ei conhecimento do teor da correspondência.

Temos, ainda, de discutir e votar vários requerimentos, que já foram apresentados anteriormente, mas sobre os quais, independentemente disso, darei a palavra, em primeiro lugar, ao Partido Socialista para, se quiser, dizer mais alguma coisa sobre os mesmos.

Lembro que dois desses requerimentos são relativos a pedidos de informação ou de documentação e outro sobre a audição do Sr. Henrique Neto, pelo qual podemos começar.

Lembro que o Sr. Henrique Neto pediu à Comissão para ser ouvido com base em três ideias fundamentais: primeiro, que já tinha prestado vários esclarecimentos à Assembleia da República sobre esta matéria; segundo, considerava que esta Comissão devia ouvir responsáveis da Escom, que, de resto, já foram ouvidos e, portanto, nessa parte estaria prejudicado; terceiro, uma vez que considerava atentatórias, ofensivas — enfim, estou a citar de cor e, portanto, se não for rigoroso, espero que tenham isso em consideração —, algumas das afirmações aqui foram proferidas pelos ex-ministros Luís Amado e Álvaro Santos Pereira, entendia que deveria ter, pelo menos, ocasião de as rebater. Portanto, basicamente é isto.

Na altura, o Grupo Parlamentar do PSD disse que não estaríamos em condições de tomar uma deliberação sobre esta matéria se não houvesse nenhum grupo parlamentar a subscrever esta mesma proposta, ou seja, se fosse só um pedido avulso de um cidadão, mas, entretanto, o Partido Socialista fez-nos chegar um pedido de audição do Sr. ex-Deputado

Henrique Neto, que vem subscrito por Deputados do Partido Socialista com o Sr. Deputado José Magalhães como primeiro subscritor.

É este o requerimento que temos em cima da mesa para ser decidido e deliberado, e quanto mais cedo melhor, até porque, diria, aproximamos-nos, dependendo do que os Srs. Deputados decidam, do prazo estabelecido para os trabalhos da Comissão, as audições já estão todas marcadas, já sabemos quais é que são possíveis, quais é que se revelam impossíveis e, portanto, convinha que começássemos a tomar decisões em relação às audições, porque o prazo está a decorrer, como é evidente.

Srs. Deputados, sobre a audição do Sr. Henrique Neto alguém deseja usar da palavra?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última reunião tive oportunidade de me pronunciar relativamente à disponibilidade que o Sr. Henrique Neto tinha manifestado no sentido de ser ouvido no âmbito dos nossos trabalhos e tive ocasião de referir que deveríamos considerar especialmente o facto de o Sr. Henrique Neto ter sido Deputado desta Casa, mas que, ainda assim, considerava que essa audição só deveria ser ponderada se fosse proposta, como todas as outras o foram, por algum grupo parlamentar. Aliás, assim foi, pois, logo na ocasião, mais do que um grupo parlamentar manifestou essa disponibilidade e essa intenção concretiza-se, agora, na proposta de audição que temos em cima da mesa.

Queria, no entanto, colocar algumas dúvidas aos proponentes, porquanto estamos com um calendário apertado e eu esperava que na proposta de audição fossem referidos alguns argumentos que justificassem esta nova audição.

Na carta que o Sr. Henrique Neto nos remeteu refere, em primeiro lugar, que teve oportunidade de escrever ao então Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, denunciando alguns interesses no âmbito dos processos das contrapartidas de equipamentos militares — aliás, quando abordámos este assunto, sugeri que esta Comissão pudesse municiar-se desses elementos que são referidos na carta do Sr. Henrique Neto, como tendo sido entregues à Assembleia da República, e isso, sim, parecer-me-ia que era informação útil para os trabalhos desta Comissão.

Por outro lado, o Sr. Henrique Neto sugere a audição, como o Sr. Presidente já referiu, do Sr. Luís Horta e Costa e do Sr. Miguel Horta e Costa...

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, desculpe, eu errei, porque uma dessas audições já foi realizada e a outra está agendada.

O Sr. António Prôa (PSD): - Exatamente!

O Sr. Presidente: - Nós já ouvimos dois responsáveis da Escom, o Sr. Luís Horta e Costa e o Sr. Hélder Bataglia. O Sr. Miguel Horta e Costa ainda não foi ouvido, mas já está agendada a sua audição.

O Sr. António Prôa (PSD): - Exatamente, Sr. Presidente.

Portanto, nessa medida, estamos a ir ao encontro e a utilizar, de certo modo, as sugestões do Sr. Henrique Neto.

Por último, o Sr. Henrique Neto manifestou-se indignado com afirmações que foram proferidas nesta Comissão e com as quais ele discorda.

Ora, o que me parece é que se abirmos aqui um precedente com esta argumentação para ouvir alguém, que se sente desrespeitado ou alguém que não concorda com as afirmações que são aqui proferidas, isso pode levar a que qualquer pessoa, legitimamente, possa manifestar desconforto ou discordância com afirmações que possam ser aqui expressas e pretenda vir à Comissão.

Resumindo, o que está aqui em causa, relativamente à utilidade desta audição é, de facto, o desconforto do Sr. Henrique Neto, porque, quanto ao mais, por um lado, há informação que podemos recolher, que está, seguramente, nos arquivos da Assembleia da República, e, por outro lado, estão, digamos assim, satisfeitas as sugestões de audições que o Sr. Henrique Neto nos deu, pois num caso já ouvimos e noutro vamos ouvir as pessoas por ele referidas.

Portanto, Sr. Presidente, diria que, não havendo outros argumentos, que não os que conheço e que, julgo, são do conhecimento de todos e que estão na carta do Sr. Henrique Neto dirigida a esta Comissão, quanto à utilidade para os nossos trabalhos, não me parece que, com todo o respeito — e, sublinho, com todo o respeito que nos merece e nos deve merecer um ex-Deputado desta Casa —, tendo em conta a gestão apertada de tempo que temos de fazer, se justifique, nesta fase, a audição do Sr. Henrique Neto.

O Sr. Presidente: - Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, queria apenas dizer que não percebemos — e estávamos trocar impressões sobre isso — qual é exatamente a posição do PSD, isto é, não percebemos se o PSD se abstém ou se tem intenção de inviabilizar esta diligência, o que são coisas diferentes...

O Sr. Presidente: - Terminou, Sr. Deputado?

O Sr. José Magalhães (PS): - Não, Sr. Presidente. Terminei a interrogação, mas se, depois, isto merecer alguma resposta, gostaríamos de aduzir alguns argumentos.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, se o Sr. Deputado António Prôa quiser responder à sua pergunta responderá sem prejuízo de outros grupos parlamentares, que ainda não intervieram, poderem querer dizer qualquer coisa sobre este assunto, como é evidente.

Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, na qualidade de vice-presidente da Comissão, pedia-lhe que me ajudasse na condução dos trabalhos...

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - Sr. Presidente, já que me interpelou, pedia-lhe que distribuísse o questionário que foi apresentado pela Sr.^a Deputada...

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, não estamos nesse ponto da ordem de trabalhos, mas sim no da discussão de um requerimento, apresentado pelo seu grupo parlamentar, sobre a audição do Sr. ex-Deputado Henrique Neto.

Sr. Deputado, terminado este ponto — aliás, na ordem de trabalhos há um ponto destinado a «outros assuntos» — todos esses pedidos poderão ser formulados.

Apesar de o Sr. Deputado João Ramos pretender usar da palavra, creio que faz sentido o Sr. Deputado António Prôa responder, desde já, uma vez que foi diretamente interpelado pelo Sr. Deputado José Magalhães.

Tem a palavra, Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): - Sr. Deputado José Magalhães, tenho muito gosto em responder-lhe.

Achei que fiz aquilo que era pertinente fazer nesta fase dos trabalhos. Pese embora o Sr. Deputado tenha muitíssimo mais experiência parlamentar do que eu, o que me parece é que cada coisa em seu momento e, nesta fase, justifiquei a posição que o Grupo Parlamentar do PSD vai tomar quando for a altura em que o Sr. Presidente pedir aos grupos parlamentares que se pronunciem sobre o seu sentido de voto relativamente à proposta apresentada pelo PS.

Ainda assim, parece-me que fui claro quando disse que, nesta fase, tendo em conta o curto espaço de tempo e a gestão que temos de fazer, se justifique a audição do Sr. Henrique Neto.

Creio que, nesta fase, é suficiente para o esclarecer e se não o consegui peço desculpa pela minha incapacidade de o fazer de melhor forma.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. João Ramos (PCP): - Sr. Presidente, Srs. Deputados, relativamente a este requerimento, constatando, em primeiro lugar, a

mudança de posição do PSD, ou melhor, não é bem uma mudança de posição é uma espécie de argumentário em evolução, porque na semana passada só podíamos ouvir se algum grupo parlamentar o requeresse; esta semana, houve um grupo parlamentar que requereu, mas, afinal, não faz sentido ouvir... Bom, parece que o argumentário do PSD ainda está em evolução e vamos ver onde parará!

O que nos parece é que não faz sentido que o Sr. Henrique Neto já tenha sido ouvido nesta Assembleia da República, salvo erro pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre matérias de contrapartidas, e que, agora, haja uma Comissão onde se equacionam as contrapartidas e não possa ser ouvido nessa Comissão... Alias, não sei se foi por desconhecimento, mas no âmbito do requerimento, ninguém se lembrou que essa audição terá ocorrido, mas ocorreu, e, por isso, não faz sentido que o Sr. Henrique Neto não possa, agora, ser ouvido no âmbito desta Comissão, como já referi.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, é para fazer agora a intervenção que dependia da clarificação pelo PSD da sua futura posição de voto negativa.

Devo dizer que compreendo argumentos de princípio, mas tenho dificuldade em compreender argumentos em escala móvel, porque isso parece um desenho animado....

Na passada semana, os Deputados do PSD disseram-nos «não, não podemos convocar pessoas sem uma propositura por um partido político.» Vai daí, nós agarrámos e emitimos aquilo a que eu chamei «passaporte», só

para sublinhar que era um ato formal, e que, para nós, se alguém se voluntariar para vir à Comissão vem e convocamo-lo.

É que estamos confrontados com o problema contrário, que é o de depararmo-nos com pessoas que recebem uma notificação para comparecer perante uma comissão parlamentar de inquérito e que parece que foram convocadas para irem ali num instante assistir a um filme ou a um concerto na Assembleia e dizem: «Não, não me apetece; não servem chá e *scones*, não vou.»

Ora, esta atitude não é aceitável, é mesmo perigosa em termos de cumprimento das normas legais sobre inquéritos parlamentares e, sobretudo, como precedente para futuro, porque, seguramente, haverá mais inquéritos, alguns deles tão melindrosos ou mais do que este, e se começamos a aceitar que se institua a ideia de que quando se recebe uma notificação deste tipo é como quando se recebe um cupão do ginásio que se rasga e a que não se responde, não me apetece, não vou... A resposta a isso deve ser graduada e adequada e, de resto, teremos ocasião de discutir isso daqui a pouco e eu não antecipo esse aspeto.

Em relação ao empresário Henrique Neto o que sabemos é público e não só consta da documentação que o Sr. Deputado António Prôa referiu como consta de uma reportagem do jornalista António Cascais e difundida numa televisão alemã onde há um depoimento considerável do empresário Henrique Neto sobre a questão das contrapartidas.

Portanto, não é secreta a sua posição ou as preocupações que exprimiu não são uma surpresa; agora, o detalhe dessas posições e informações não é conhecido.

Assim, não compreendemos como é possível, face a uma oferta pública de depoimento, a Comissão ter outra atitude que não a de dizer que queremos ouvir o depoimento, porque o nosso objetivo é, sem nenhuma

desconfiança ou sem «óculos de desgradação», saber o mais possível e de todas as fontes, sendo que o juízo, evidentemente, será de cada um e de quem nos ouvir e puder ter acesso aos arquivos da Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, estamos perante uma situação em que se muda de argumentação e, sobretudo, em que o PSD e, presumo, o PP, que irá atrás, assumem a enorme dificuldade de terem de explicar por que é que têm medo do depoimento do empresário Henrique Neto, ou, se não têm medo, o que é que os move, porque as razões que o Sr. Deputado António Prôa aqui invocou puramente não existem, são um *negligé* transparente, não tapam nada, são uma coisa completamente diáfana, nem como desculpa servem e apenas criam uma frente de desconfiança em relação à Comissão, ao trabalho da Comissão, à maioria, às intenções da maioria, etc., o que era completamente evitável. É uma coisa que não compreendemos, pura e simplesmente!

Não é isso que nos fará desistir e nós insistiremos de alguma outra forma, dado que o Sr. Deputado António Prôa nem se esqueceu de deixar a ideia de que a porta não está totalmente fechada; pode acontecer, não se sabe como e face a que pressupostos, a que cataclismo, que a porta se abra de novo, mas isso cheira-me até um bocadinho a uma atitude que não é totalmente transparente.

Portanto, Sr. Presidente, em suma, apelo a que mudem de posição.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, não apele a mim, porque eu não exprimi qualquer posição sobre esta matéria...

O Sr. José Magalhães (PSP): - À maioria...

O Sr. Presidente: - Sim, Sr. Deputado, eu percebi.

Relativamente a esta matéria a única coisa que vejo, de facto, foi que houve um pedido, que é um pedido fora do comum, de um cidadão que foi parte neste processo de contrapartidas, designadamente como empresa concorrente a estas contrapartidas, que pediu para ser ouvido e que disse que depoimentos feitos aqui por ex-ministros foram ofensivos da sua consideração e, desse ponto de vista, é um procedimento fora do comum.

O Sr. Deputado António Prôa disse — e desse ponto de vista tem a sua legitimidade — que esse pedido não devia ser considerado, a não ser que ele tivesse a chancela, por assim dizer, de um grupo parlamentar, e esta é uma questão procedimental.

Outra questão diferente é a questão de fundo e, desse ponto de vista, é legítimo que um grupo parlamentar, mesmo depois de ter de haver o requisito que entende necessário para que esse pedido seja considerado, volte a pronunciar-se sobre a questão de fundo, e, Sr. Deputado José Magalhães, isso parece-me razoável.

Independente disso, há a decisão sobre a questão de fundo. Eu não percebi exatamente se esta questão é, do ponto de vista do PSD ou da maioria, uma questão que ainda está em ponderação ou se é uma questão já definitiva.

Eu, como presidente da Comissão, fiz o que me compete, ou seja, havendo um requerimento apresentado por escrito, trazê-lo à reunião da Comissão. Se a questão não for definitiva e os Srs. Deputados quiserem ponderar ainda, da minha parte há total disponibilidade para que essa ponderação possa ser feita e que, amanhã ou logo à tarde, no fim da reunião, se possa tomar uma decisão definitiva; se assim não for, é direito de qualquer grupo parlamentar e de qualquer Deputado, havendo um requerimento apresentado por escrito, vê-lo votado na Comissão. É só isso que estou a fazer.

Portanto, se os Srs. Deputados ainda quiserem ponderar e não fechar totalmente esta porta, por mim, podemos discutir isto logo à tarde no final da audição ou amanhã numa eventual reunião a marcar; se assim não for e a posição foi definitiva, terei de pôr o requerimento à votação, como é evidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): - Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, não tenho medo de coisa nenhuma neste contexto e não me parece que os argumentos da desconfiança e da falta de transparência nos ajudem a prosseguir no bom caminho — aliás, não tem sido essa a nossa atitude — e, portanto, não me parecem ajustadas, para não dizer justas, algumas das referências que fez, digo-lho com toda a franqueza e com toda a frontalidade.

Eu não mudei de opinião! Sejamos claros: o que eu disse foi que não se deveria abrir uma exceção — e esta é uma questão de princípio — para a consideração de uma audição através do envio de uma carta, por muita consideração que nos mereça essa pessoa.

O método que foi sempre utilizado para ouvirmos as pessoas foi o de haver uma proposta de um grupo parlamentar e foi isso que eu sugeri que fosse feito e, perante essa proposta concreta, procurei pronunciar-me à luz dos argumentos e das justificações que tenho para que a audição se realize.

Assim, as únicas justificações que tenho, francamente, são as de que o Sr. Henrique Neto nos sugere: primeiro, a audição de duas pessoas, que vamos ouvir — aliás, uma delas já ouvimos; segundo, que o Sr. Henrique Neto se sente ofendido, e aí não me parece que seja argumento para ouvirmos o Sr. Henrique Neto, porque não me parece que este seja o local próprio para dirimir questões de opinião seja de quem for; terceiro — e são

os únicos três argumentos que existem —, que o Sr. Henrique Neto tem informações que, em tempo, prestou a esta Assembleia da República.

Ora, se prestou informações a esta Assembleia da República, elas estão, necessariamente, ao nosso dispor e, portanto, se os argumentos são esses não é necessário ouvir o Sr. Henrique Neto. É tão-somente isto.

Se o Sr. Deputado me disser, e não disse no requerimento que apresentou, que há dados novos, que há factos novos, que há informação nova que o Sr. Henrique Neto pode trazer para esta Comissão, então, aí podemos reponderar, como é natural.

Agora, perante os únicos argumentos que temos não há novidade nenhuma e, não havendo novidade nenhuma, Sr. Deputado, havendo um calendário apertado de trabalhos, não me parece ajustado estarmos a alargar e a intensificar mais os nossos trabalhos quando estes argumentos não são, com toda a franqueza, de grande utilidade.

O Sr. Henrique Neto tem todo o direito de se manifestar incomodado, mas nós temos muito que fazer para além de ouvir os incómodos do Sr. Henrique Neto. Mas se ele traz elementos novos, que nunca entregou à Assembleia da República, que nunca deu conhecimento deles, então, nesse caso, pode enriquecer os nossos trabalhos, mas não é isso que está nem no requerimento do PS, nem é tão-pouco o que está na carta do Sr. Henrique Neto.

Portanto, Sr. Presidente, para antecipar a resposta à questão que colocou sobre a possibilidade de se tomar ou não uma decisão definitiva... Bom, nestas coisas, como na vida, há poucas coisas definitivas e, naturalmente, esta também não é, porque nós não temos medo de ouvir o Sr. Henrique Neto, nem queremos evitar ouvir seja quem for; não queremos é que esta Comissão se torne num «muro das lamentações» ou numa «feira de vaidades». Não, isso não queremos.

Mas se houver factos novos que sejam importantes para esta Comissão e se o Sr. Deputado está em condições de os enunciar ou, pelo menos, de os pré-anunciar, então devemos ponderar, com toda a abertura, como sempre temos feito, e, nessa medida, acho que as afirmações que o Sr. Deputado fez sobre esconder a verdade, menos transparência, de qualquer desconfiança, não me parecem ajustadas.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado José Magalhães, registo o seu pedido de palavra, mas como há dois grupos parlamentares que ainda não intervieram, dar-lhes-ei primeiro a palavra.

Srs. Deputados, não tenho nenhuma sugestão, mas o que eu sugeri foi que, se houver alguma margem de consensualização sobre esta matéria, aguardássemos ainda algum tempo; caso contrário, porei à votação o requerimento, como é evidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): - Sr. Presidente, quero, muito rapidamente, dizer que discordo de dois argumentos invocados pelo Sr. Deputado António Prôa, primeiro ao considerar que há aqui o risco de abrir um precedente por se tratar de um cidadão que diz querer ser ouvido.

Bom, esta é a casa dos cidadãos, não é a casa dos Deputados! A regra é ouvir quem quer ser ouvido e, por isso, há na Assembleia a figura da audiência, exatamente para que a Assembleia possa ouvir todos os cidadãos que se querem dirigir à Assembleia por esta ou por aquela razão.

Portanto, contesto a sua afirmação de que se trata de um precedente. Não, trata-se da regra! O que será excepcional vai ser a nossa resposta, eventualmente, à solicitação do Sr. Henrique Neto.

Em segundo lugar, o problema de ser invocado como argumento para pedir essa audiência, para pedir para ser ouvido, o reagir ao que aqui foi dito... Ainda bem que há quem nos ouve...! Ainda bem! Quem nos dera, a nós, que houvesse mais gente a ouvirmos!

É exatamente isso que pretendemos com esta Comissão: é que haja alguma interação entre nós e os cidadãos, entre nós e a opinião pública, sobretudo — com isto termino e, aliás, invoco o mesmo argumento do Sr. Deputado António Prôa —, tratando-se de uma pessoa que nós sabemos muito bem quem é e que até terá, com certeza, para além do que explicitou na sua carta, muitas outras coisas úteis para nos dizer.

Por último, quero dizer que temos um calendário de trabalho, que estamos a ver nos últimos dias uma sucessão de pedidos de audições a darem entrada, o que dará uma certa margem para ouvirmos outras pessoas que, inicialmente, não tínhamos previsto, e, portanto, julgo que há todas as razões para que se possa ouvir, em tempo útil, o Sr. Henrique Neto.

Portanto, apelo a que o PSD mude de posição, ou que se espere o tempo que for necessário, como o Sr. Presidente sugeriu, para que se possa encontrar aqui uma solução que dê desta Comissão uma imagem mais conforme com o que deve ser a imagem da Assembleia e do Parlamento.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Sr. Presidente, muito rapidamente, quero dizer que não temos medo ou receio de ouvir quem quer que seja e relativamente ao empresário e antigo Deputado do Partido Socialista Henrique Neto também não temos.

A única coisa que gostaríamos de perceber era, da parte do Partido Socialista, tendo em conta que não requereu anteriormente essa audição, que fundamentos diferentes existem para agora requerer esta audição.

Por isso, atendendo à carta que o Sr. Henrique Neto nos dirigiu em que, no fundo, nos dizia três coisas: por um lado, que tinha informações a dar-nos e que, inclusivamente, estas informações já terão sido prestadas noutras Comissões e, portanto, há informações prestadas à Assembleia da República sobre esta mesma matéria em diferentes Comissões e até, salvo erro, o Sr. Deputado José Magalhães falou na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública e eu tinha a ideia de que também tinha sido na Comissão de Economia e Obras Públicas, a verdade é que ninguém se lembrou, até agora, de ir ver se essas declarações são, de facto, relevantes para os nossos trabalhos.

Por outro lado, ninguém tinha requerido a audição do Sr. Henrique Neto até ao momento em que o antigo Deputado Henrique Neto se dirigiu a este Parlamento, sugerindo que ouvíssemos algumas pessoas ligadas à Escm, coisa que a comissão parlamentar de inquérito já fez, e dizendo que se sentia ofendido por um conjunto de declarações que tinham aqui sido produzidas.

Sr. Presidente, de facto, esta Comissão de Inquérito não é o palco para trocar ou sanar ofensas entre pessoas, pois, segundo sei, haverá outros palcos onde isso possa ser sanado.

Em todo o caso, quero dizer, em função daquilo que o Sr. Deputado João Semedo aqui referiu, que não concordo com a interpretação que aqui nos deu, uma vez que, de facto, existe de um precedente, que é o de alguém que se dirige à Comissão de Inquérito e que, por se sentir ofendido, solicita ser ouvido, sem certo, relembro, que foi ouvido várias vezes nesta Casa sobre esta matéria.

De facto, para mim, o que é relevante, Sr. Presidente, é tentar perceber o que é que mudou do ponto de vista do Partido Socialista para, neste momento, ser tão necessária a audição do antigo Deputado Henrique Neto, até porque, como foi referido — e, aliás, creio que foi o Sr. Deputado José Magalhães que o disse —, as posições públicas do Sr. Henrique Neto são conhecidas abundantemente, não só pelo facto de ele ter sido presidente de uma empresa ligada às contrapartidas, como também pelo facto de ter sido Deputado do Partido Socialista nesta Casa durante diversos anos, tendo por isso tido oportunidade de se pronunciar inúmeras vezes sobre esta matéria ao longo dos tempos.

Gostava, pois, de perguntar o que é que mudou para que, agora, a audição do antigo Deputado Henrique Neto seja tão importante do ponto de vista do Partido Socialista.

Sr. Presidente, temos um calendário para cumprir, estamos em vias de o cumprir, há ainda um último pedido de audição, que foi apresentado pelo Bloco de Esquerda — e eu queria, desde já, dizer que viabilizaremos esse pedido de audição —, mas sobre este requerimento estamos à espera que o Partido Socialista nos dê argumentação para esta alteração de posição, até porque já estamos em setembro e os trabalhos da Comissão estão a terminar com o cumprimento dos prazos que estavam previstos.

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, não gostaria de prolongar indefinidamente este debate sobre a audição do Sr. Henrique Neto, até porque já aprovámos, diria, dezenas de audições quase sem debate, e estamos há já algum tempo a discutir uma audição, talvez pelo inédito de ser pedida por um cidadão...

Srs. Deputados, em primeiro lugar, se não houver mais pedidos de palavra, darei a palavra ao Sr. Deputado José Magalhães para responder às

solicitações que lhe foram feitas pelos Sr. Deputados Filipe Lobo d'Ávila e António Prôa.

Em segundo lugar, pelo que percebo, da parte dos partidos da maioria, estaríamos em condições de votar e cada um teria a sua posição de voto, mas o Partido Socialista, como proponente, pareceu-me ser quem mais acolheu a minha sugestão de se esperar algum tempo.

Portanto, Sr. Deputado José Magalhães, é um direito do proponente ver as suas propostas votadas, mas se o próprio entender que só deveremos votar logo ao final da tarde fá-lo-emos; caso contrário, porei o requerimento já à votação.

Portanto, deixo esta questão ao critério do Sr. Deputado José Magalhães, ou seja, se entende que ainda vale a pena fazer alguma ponderação, alguma reflexão, se o Partido Socialista tem alguma expectativa ainda que haja uma possibilidade de alteração da posição da maioria, nesse caso, não porei o requerimento à votação agora, com o seu consentimento, e só o farei depois da audição de logo à tarde.

Esta é a minha sugestão, mas só o farei se houver concordância por parte do Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, agradecemos a sua sugestão, que é construtiva. Iremos fazer algumas diligências e, ao fim da tarde, falaremos sobre essa matéria, desde já, repito, agradecendo a sua sugestão.

O Sr. Presidente: - Então, Srs. Deputados, votaremos o requerimento de pedido de audição do Sr. Henrique Neto depois da audição da tarde.

Srs. Deputados, temos ainda outros requerimentos para apreciar.

Uma vez que até já tivemos uma pré-disponibilidade de apoio, que não do proponente, passaremos ao pedido de audição, requerido pelo Bloco de Esquerda, do Contra-Almirante Rogério de Oliveira, ex-consultor da Ferrostaal no âmbito do processo de aquisição dos submarinos da classe Tridente.

O Sr. Deputado João Semedo pretende usar da palavra para apresentar este requerimento?

O Sr. João Semedo (BE): - Não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Sr. Presidente, apenas para sublinhar, novamente, que o CDS votará favoravelmente este requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda, com a nota de que estamos no dia 2 de setembro, que a Comissão decorre ininterruptamente há vários meses, que os Srs. Deputados de todos os grupos parlamentares tiveram oportunidade de apresentar todos os requerimentos de audições que bem entenderam, e que, enquanto declaração de voto que queria deixar expressa nesta votação, não estaremos em condições, atendendo ao período de tempo que já decorreu dos trabalhos e das audições que já tiveram lugar, para votar favoravelmente mais nenhum pedido de audição.

Portanto, queria que isto ficasse absolutamente claro a partir deste momento.

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, vamos, então, votar o requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda de audição do Contra-Almirante Rogério de Oliveira.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, temos ainda dois requerimentos do Partido Socialista, sendo que um deles tem a ver com uma das últimas audições que fizemos e requer que seja perguntado à Procuradoria-Geral da República em que fase se encontra o processo de investigação criminal ao processo de aquisição dos submarinos. Aliás, como todos sabemos, foi amplamente notificado e bastas vezes referido nesta Comissão de Inquérito existir um inquérito aberto e um processo de investigação criminal.

O outro requerimento também do Partido Socialista é do seguinte teor: «Tendo em conta os desenvolvimentos dos trabalhos da comissão de inquérito e os depoimentos já prestados por responsáveis da Escom, bem como a situação criada pelo colapso de empresas do universo Espírito Santo, os Deputados do PS propõem que seja obtida através do Banco de Portugal a documentação, em suporte eletrónico, relativa à intervenção no procedimento de aquisição de dois submarinos pelo Estado português das seguintes entidades: Escom - Espírito Santo Commerce (UK); Escom - Espírito Santo Commerce Ltd British Virgin Islands; Escom - Espírito Santo Commerce SA; Espírito Santo Resources Ltd; Espírito Santo International Holding SA.»

No fundo, são as várias derivações desta mesma empresa Escom.

Srs. Deputados, estão em discussão estes dois requerimentos.

Do meu ponto de vista, queria deixar claro — e não quero com isto condicionar nenhuma decisão da Comissão — que, durante algum tempo,

como eu disse, quando havia processos de investigação, não existiam comissões de inquérito.

Todavia, hoje em dia, não é esse o entendimento da Assembleia da República, e, do meu ponto de vista, ainda bem — de resto, já não foi assim no caso BPN e noutros —, mas quero chamar a atenção da Comissão para a necessidade de haver aqui alguma cautela, porque não seria normal nem desejável que uma deliberação desta Comissão pudesse ser vista como forma de interferência num processo judicial, uma vez que os objetos são diferentes, os âmbitos de atuação são diferentes, os meios são diferentes e os dois processos decorrem, obviamente, com, diria, igual dignidade mas, numa lógica de separação de poderes, de forma completamente diversa.

Portanto, este requerimento, na minha opinião, merece alguma ponderação, pelo menos na sua forma que não no seu objetivo final, e alguma cautela para não poder ser lido como qualquer forma de intervenção, ou de pressão, ou de tentativa de influência num processo judicial, que está em curso e cujo objeto, que respeitamos, obviamente, é diverso do desta Comissão de Inquérito.

Esta é uma reflexão genérica que queria fazer sobre esta mesma matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, apenas para dizer que os termos em que o requerimento está expresso não tem a formalidade nem invoca o aparelho normativo que o Sr. Presidente acaba de invocar.

Portanto, há uma questão de redação e de distinção rigorosa que, em certo sentido, está pressuposto que poderia ser ou que deveria se feita pela mesa, como sempre faz.

Assim, estou completamente de acordo com o que acabou de dizer. Não deve haver nenhuma confusão sobre isso, sendo que na redação é possível acautelar esse aspeto.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Sr. Presidente, confesso a minha ignorância, mas não percebi esta última intervenção o Sr. Deputado José Magalhães, porque, de facto, olhando para estes dois requerimentos, não queria deixar de fazer duas ou três observações.

Em primeiro lugar, para dizer que, de facto...

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo.

Não o vou impedir de fazer, até porque eu fi-lo, a culpa é minha, apreciações sobre os dois requerimentos em causa, mas vamos ter de os discutir um a um. A sua introdução pode ser genérica, mas, depois, peço aos Srs. Deputados que separemos os temas, porque vamos ter de votar separadamente os requerimentos, até porque, apesar de tudo, os assuntos são diferentes.

Sr. Deputado, não o quero coartar na sua apreciação dos dois requerimentos, mas, para já, estamos a discutir o requerimento que pede à Procuradora-Geral da República informação sobre o processo.

Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Sr. Presidente, embora os argumentos sejam muito parecidos para os dois requerimentos, em todo o caso, cingindo-me apenas ao que o Sr. Presidente agora referiu e dirigido à

PGR a perguntar em que fase se encontra o processo em causa, queria apenas dizer que, tal como nós não recebemos cartas do Ministério Público a perguntar-nos como é que estão a decorrer os trabalhos da Comissão de Inquérito, julgo que este requerimento, em que se solicita informações sobre em que estado é que está o âmbito do inquérito judicial, muito sinceramente não faz qualquer sentido.

E não faz qualquer sentido por duas razões: desde logo, porque, do meu ponto de vista, não se devem misturar dois planos que são planos completamente distintos, ou seja, por um lado o plano desta Comissão de Inquérito e, por outro, o plano do inquérito judicial que esteja a decorrer, qualquer que ele seja — este é o primeiro argumento que me parece indiscutível perante o que está aqui requerido — e porque, do meu ponto de vista, não deve haver, nem esta Comissão de Inquérito se deve «pôr a jeito», uma violação do princípio da separação de poderes que me parece que está aqui, pelo menos do que é requerido «a seco» pelo Partido Socialista, sem a tal argumentação ou fundamentação que o Sr. Deputado José Magalhães refere.

Portanto, se o problema do Partido Socialista é a insinuação que foi aqui feita pela Sr.^a Eurodeputada Ana Gomes de uma possível prescrição do processo, então a sugestão que faço é que o Partido Socialista dirija um requerimento com uma pergunta sobre se, porventura até ao fim do prazo dos trabalhos desta Comissão de Inquérito, há ou não o risco de prescrição num qualquer processo relacionado com esta matéria.

Se é isso que está em causa, então que se faça isso, pois parece-me que é, do ponto de vista do factos e do ponto de vista do relacionamento institucional dentro de um princípio de separação de poderes, mas também de interdependência de poderes, o que faz sentido. Sinceramente, tal como está apresentado o requerimento, julgo que pode haver aqui uma violação

do princípio de separação de poderes, que não é benigna para os trabalhos dessa Comissão de Inquérito nem para o prestígio desta Casa.

Parece-me, mas esta é uma opinião que não queria deixar de transmitir ao Partido Socialista enquanto subscritor do requerimento.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, na parte que me respeita, uma vez que manifestei essa preocupação, penso que a sua sugestão pode ir ao encontro do que estávamos a procurar resolver e que, aliás, o próprio Sr. Deputado José Magalhães sugeria que a mesa tivesse essa liberdade, mas é bom que a mesa use dessa liberdade tão condicionada quanto possível, para que, depois, o exercício na mesa, em nome de todos, não defraude nenhum dos presentes, mas, da minha parte, penso que uma pergunta desse tipo poderá resolver, tanto quanto penso e tanto quanto percebo, a preocupação do Partido Socialista e, desse ponto de vista, é uma boa sugestão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, queria apenas dizer que estamos de acordo. Faça-se essa formulação e avance-se.

O Sr. Presidente: - Sim, Sr. Deputado, posso encarregar-me, enquanto presidente da Comissão, de fazer essa formulação indicada com a sugestão do Sr. Deputado Filipe Lobo d'Avila, pô-la à consideração do partido requerente, que é o Partido Socialista, e, tendo esse acordo, fá-la-emos seguir hoje mesmo.

Este assunto está resolvido e penso que o requerimento do Partido Socialista estará aprovado com esta condição, ou seja, está condicionalmente aprovado à redação a encontrar pela mesa, sendo que a

mesa encarregar-se-á de lhe dar execução e, depois, veremos se tem, como espero, que tenha a concordância do Partido Socialista, como proponente.

Vamos, então, passar ao segundo requerimento, também apresentado pelo Partido Socialista, pedindo documentação ao Banco de Portugal sobre as várias derivações, como eu disse há pouco, da empresa Escom.

O Partido Socialista pretende fazer a apresentação do requerimento?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, esse requerimento resultou diretamente do debate que aqui fizemos com a Sr.^a Eurodeputada Ana Gomes e do alerta que foi feito para que, de facto, pode haver uma linha de pesquisa frutífera para a Comissão de Inquérito, tendo em conta aquilo que o Banco de Portugal hoje em dia sabe e pode saber sem violação de qualquer regra, pelo contrário, tendo documentos ou acesso a documentos cuja obtenção pode ser de grande utilidade.

Portanto, é uma circunstância que não existia; só existe desde há muitos poucos dias. Depois, sobre a formulação concreta — e estou de acordo com o Sr. Presidente —, há algum trabalho de apuramento para evitar qualquer equívoco, mas a linha que já enunciou, julgo, satisfaz plenamente as preocupações de cuidado.

O Sr. Presidente: - A sugestão do Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila quanto ao primeiro requerimento foi útil. Em relação a este não sei se há alguma sugestão, vou aguardar, mas também é verdade que — e não quero antecipar argumentos — esta documentação também estará no âmbito do

processo judicial; como é evidente, não é pensável que não esteja, diria eu. Mas, em qualquer caso, os Srs. Deputados dirão.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): - Sr. Presidente, gostaria de tecer algumas considerações não tanto sobre o que disse — que, aliás, me parece muito pertinente e que vem na sequência da discussão do requerimento anterior —, mas fazer uma chamada de atenção e, eventualmente, um pedido de esclarecimento (e pode ser falha da minha parte), porque tenho dúvidas sobre se todas estas entidades estão no âmbito da supervisão do Banco de Portugal, porque nem sempre onde aparece Espírito Santo significa Banco Espírito Santo ou entidades bancárias.

Portanto, há, seguramente, no âmbito do Grupo Espírito Santo, entidades que não estão no âmbito da supervisão do Banco de Portugal e, nessa medida, pode não ser pertinente, em algum ou alguns casos das empresas que aqui são referidas, dirigirmo-nos ao Banco de Portugal.

Era esta a chamada de atenção que queria fazer ao grupo parlamentar proponente, ao Partido Socialista, no sentido de sermos eficazes na entidade à qual nos dirigimos.

Todavia, estou em crer que se o Partido Socialista entendeu que o Banco de Portugal é a entidade a que nos devemos dirigir por alguma razão foi, mas não queria deixar de fazer esta nota, porque me parece que pode não ser exatamente assim, mas pode ser que eu esteja enganado.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Sr. Presidente, pese embora a vocação de polícia de alguns Deputados, em particular do Sr. Deputado José Magalhães, e de juiz da Sr.^a Eurodeputada Ana Gomes, a verdade é que somos Deputados e, portanto, os argumentos que utilizei na discussão do requerimento anterior são todos aplicáveis a esta discussão, porque o que está aqui em causa, com o devido respeito e de acordo com a interpretação que faço, é que o objeto deste requerimento, do meu ponto de vista, é matéria que é da competência do Ministério Público, não é da competência desta Comissão de Inquérito e, portanto, é de competência que está no âmbito, seguramente, do inquérito judicial que estará a decorrer, presumo eu.

Portanto, para além da questão que o Sr. Deputado António Prôa colocou, que é a questão da supervisão, que me parece que é uma questão bastante pertinente e que, do que é público, assim é, como o Sr. Deputado António Prôa referiu, a verdade é que há aqui também, do meu ponto de vista, aquilo que é o pisar claro do princípio de separação de poderes e este requerimento que é apresentado pelo Partido Socialista, do meu ponto de vista, é claramente matéria do inquérito judicial. Aliás, temos vindo a receber e temos lido ao longo dos últimos meses sobre esta matéria inúmeras notícias sobre pedidos de fluxos financeiros, sobre cartas rogatórias de um lado para o outro, etc....

Portanto, Sr. Presidente, do meu ponto de vista, há aqui também, claramente, não um eventual risco, é mesmo o pisar do risco desse princípio de separação de poderes, pelo que me parece que este requerimento viola esse princípio e não queria deixar de o dizer de forma clara, porque parece-me que corremos o risco grave de estarmos a violar esse princípio que tão importante é para esta Casa.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): - Sr. Presidente, como todos os Srs. Deputados sabem, eu não sou advogado e, muito menos, sou advogado do Partido Socialista, mas, se bem interpreto o requerimento apresentado pelo Partido Socialista, ele dirige-se ao Banco de Portugal pela relação clara que o Banco de Portugal tem na condução do processo do Novo Banco e, portanto, não creio que, tendo sido esta a razão, os argumentos que invocam eventual confusão de poderes se possam reclamar neste caso.

Eu interpretei assim o requerimento do Partido Socialista e não acho que haja aqui qualquer violação seja do que for.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, gostaria de fundamentar melhor o requerimento que apresentámos.

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila não acompanhou diretamente o debate que aqui tivemos na passada semana com a Sr.^a Eurodeputada Ana Gomes, mas tem conhecimento dele, obviamente, como já evidenciou, e eu devo dizer que temos dificuldades em compreender o nível de dúvida que aqui exhibe, porque, no limite, com tantas dúvidas, não poderia haver Comissão de Inquérito absolutamente nenhuma. Aliás, na verdade, houve um tempo nesta Assembleia da República em que era assim, ou seja, estando pendente uma inquirição no Ministério Público, pura e simplesmente, face a essa informação, não havia comissão de inquérito. Era esta a interpretação!

Felizmente, ultrapassou-se essa noção, que amputava os poderes da Assembleia da República, e, na realidade, a desresponsabilizava de emitir

juízos e de fazer as suas próprias diligências de apuramento da verdade para, evidentemente, não julgar e condenar ninguém, emitir juízos críticos ou de aplauso sobre as matérias. Aliás, foi numa comissão onde o CDS-PP teve particular protagonismo, a Comissão de Camarate, que se ajudou a desbravar caminho nesta matéria.

Portanto, o Deputado, quando é inquiridor, é polícia? Ou de cada vez que pede uma diligência está a revelar um conceito policiesco? Bom, para alguém que teve responsabilidade no MAI é um bocado estanho... Nós passamos por lá... Não é polícia, embora adquira uma certa estima e até um certo conhecimento de como funcionam as polícias. Aliás, não faz mal, em princípio, e, normalmente, faz bem os casos de stresse pós-traumático são, apesar de tudo, excepcionais. Ser polícia não desonra ninguém! E, portanto, de cada vez que façamos uma diligência, que seja até um pouco «sherloquiana», isso não nos fica mal, até fica bem, e não devemos ter nenhum complexo pós-traumático nessa matéria.

Ultrapassada essa questão, neste caso, sabemos que a Escom é uma espécie de Fernando Pessoa do mundo empresarial... Criava sociedades-veículo, com heterónimos uns atrás dos outros e, de facto, alguns deles, propositadamente, não estavam sob a alçada do supervisor português nem de nenhum... É, de resto, essa a ideia! É um *modus agendi!* Agora, Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, tenha cuidado, porque se enuncia coisas sob forma de princípio e se, algum dia, tem o azar de ter de participar numa comissão de inquérito ao «mundo» Espírito Santo, pode meter férias, porque passará a achar que tudo aquilo que está a propor não pode ser...

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): - Não está isso em causa!

O Sr. José Magalhães (PS): - Sim, mas escusa de condenar os seus camaradas a esse destino... Ou os seus colegas, ou irmãos, ou, não sei como quer dizer...

O Sr. Presidente: - Aí posso ajudá-lo, Sr. Deputado. Normalmente, diz-se amigos, não é irmãos, nem camaradas. Camaradas só na tropa; irmãos só os que o são mesmo!

O Sr. José Magalhães (PS): - Portanto, nessa matéria, o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila foi além daquilo que eu julgo que quer ir!

A Escom teve várias figurações e nós devemos perseguir ou ir atrás dessas figurações. Se há, neste momento, uma porta aberta que pode facultar o acesso a essa documentação, então usemos essa porta aberta. Quem é que está do outro lado da porta aberta? Alguém que também tem o conhecimento da diferença entre pedidos legítimos e aquilo que não pode ser satisfeito.

Portanto, julgo que seria errado frustrarmos a possibilidade de acesso a essa fonte de informação, sendo certo que não estamos a ir *ultra vires* e, pelo contrário, não podemos é ignorar.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado José Magalhães, a sua fundamentação é clara. Diria mesmo que, «sherloquianamente», podíamos chegar à conclusão que a culpa é do Álvaro de Campos, ou do Ricardo Reis, ou de qualquer outro heterónimo, não saberemos qual, mas...

Temos, no entanto, a pergunta do Sr. Deputado António Prôa, que me pareceu pertinente, que foi a de saber se é, de facto, esta a entidade competente, e sobre isso o Sr. Deputado não disse nada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, o Banco de Portugal distinguirá, porque eu imagino que quando se acede, por exemplo, à contabilidade, ou à correspondência de uma entidade como a Escom, o que lá está, se não foi apagado, respeita ao universo todo e, portanto, se alguém me mandar num pacote um lindo *DVD* com documentos das várias Escom, eu não vou dizer: «Não, eu não conheço esta, porque não está sob supervisão. Não, aquela outra não, porque técnico-juridicamente o infrator infringiu bem e, portanto, conseguiu passar pelas pingas da chuva da lei».

Por amor de Deus, não temos de ter esse rebuço nesta «fase do campeonato», já bastou o que o segredo bancário protegeu e o que o uso manipulativo dos vazios de legislação permitiram fazer produzindo os resultados que estão à vista de todos.

O Sr. Presidente: - Isso responde à pergunta do Sr. Deputado António Prôa, ou seja, não tendo a certeza, é perguntar e tentar obter a resposta.

Eu, sinceramente, acho que é muito difícil que uma pergunta deste tipo, independentemente das considerações que foram feitas pelo Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, à partida — e a experiência de anteriores comissões é um bocadinho essa —, que este tipo de matéria não esteja coberta ou por segredo judicial ou por segredo de justiça, uma vez que estará a ser investigada, ou por sigilo bancário, acho muito difícil, mas isso não impediria, no limite, que a pergunta fosse feita.

Há, no entanto, outro tipo de considerações que foram aqui deixadas, mas em anteriores comissões sabemos que, normalmente, a resposta a este tipo de perguntas é: ou está coberto pelo segredo de justiça ou está coberto por sigilo bancário, mas isso não impede que a pergunta seja feita e isso

aconteceu, tanto quanto me lembro, na comissão de inquérito ao BPN, sendo que a Comissão tem de decidir se a quer ou não fazer.

Portanto, não havendo nenhum pedido de suspensão nem de alteração deste requerimento, no limite tenho de colocá-lo à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): - Sr. Presidente, julgo ter entendido a estratégia do Sr. Deputado José Magalhães: lançar o tal «barro à parede». Ainda assim, não resisto a ler um parágrafo do *site* do Banco de Portugal, que diz (e só vou ler esta parte): «As entidades que prestam serviços de consultoria e de mediação financeira não estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.»

Ora, isto parece-me suficientemente claro para prever que o resultado desta tentativa não vai ser eficaz e o alerta que fiz era no sentido de procurarmos ser eficazes, digamos assim, ao primeiro tiro.

O Sr. Deputado prefere insistir, mesmo sabendo que... É que, Sr. Deputado, eu não escreveria a uma entidade que suspeito à partida não ser a entidade competente para me fornecer informações, mas percebo que é isso que o Sr. Deputado pretende fazer e não vou insistir.

Agora, não queria deixar de justificar a minha dúvida relativamente à pertinência desta formulação.

O Sr. Presidente: - Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado José Magalhães, gostava de deixar claro que o que expressei como opinião não é mais do que isso, uma vez que não tenho nenhum especial conhecimento nem especiais habilitações sobre segredo de justiça — se bem que em matéria de segredo de justiça ainda saberei alguma coisa fruto das funções desempenhadas, designadamente no âmbito da 1.^a Comissão — ou sobre

sigilo bancário, sendo que sei que tiveram lugar alterações legislativas, que eu nem sequer conheço em detalhe. Portanto, o que estou a dizer é meramente uma opinião.

Agora, a questão do Sr. Deputado António Prôa, que ele repete, e que o Sr. Deputado José Magalhães quer comentar é relevante.

Pedindo-lhe que seja breve, até para podermos passar a uma deliberação sobre esta matéria, dou a palavra ao Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): - Sr. Presidente, propunha, então, que esta matéria deslizasse para o fim da audição de hoje à tarde, para permitir deglutir e discutir informalmente esta matéria.

O Sr. Presidente: - Muito bem, Sr. Deputado. É seu direito.

Então, a seguir à audição do Sr. Fernando Jorge da Costa Gonçalves, tomaremos uma decisão definitiva sobre esta matéria.

Srs. Deputados, há ainda uma outra questão sobre a qual a Comissão tem de ponderar, que é a seguinte: temos estado a lidar com a questão do segredo profissional dos advogados e temos sido confrontados com uma outra questão para a qual, e não querendo fazer nenhum tipo de ironia, chamo a vossa atenção, que é a seguinte: temos sido confrontados com a ausência de todos os depoentes que têm nomes que não são de origem portuguesa e que também não são cidadãos portugueses. Já ouvimos pessoas que não têm nomes portugueses, mas que são efetivamente cidadãos portugueses e que aqui estiveram a depor, como, por exemplo, o Sr. Diretor-Geral das Atividades Económicas, de seu nome Lamy. Aliás, ainda hoje de manhã estava prevista uma audição, com cobertura dos advogados ou não argumentando com o estatuto de arguido ou não.

E isso põe-nos aqui uma questão sobre o que fazer em relação a essas situações, ou seja, se deve a Comissão de Inquérito fazer uma participação por entender que, ainda assim, há desobediência ou não deve fazer participação...

Bom, esta é uma ponderação que temos de fazer, sobre a qual tenho a minha opinião e, de alguma forma, o que acabei de dizer já a enuncia, mas não tenho uma opinião definitiva e fechada sobre esse assunto.

Portanto, peço aos Srs. Deputados que vão ponderando, porque constatando que cidadãos receberam a notificação, estiveram convocados, alguns até responderam, através dos advogados dizendo «recebemos, mas sendo arguidos não vamos», temos de saber o que fazer nesses casos. Ou seja, pura e simplesmente, temos de considerar que, de facto, se viessem, isso também não adiantaria muito, porque eram arguidos e viriam dizer que não diziam nada, como era seu direito constitucional, e ignorarmos esse assunto. Ou, ainda assim, uma vez que se trata de uma obrigação de comparência, poderemos fazer uma participação às entidades competentes.

Penso que são estes os dois caminhos possíveis.

Creio que já se percebeu a minha opinião, mas queria que fosse a Comissão a tomar uma decisão, se possível por unanimidade, se não por maioria, sobre este assunto.

Tem, ainda, a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. João Ramos (PCP): - Sr. Presidente, o que ficou para a tarde é apenas a votação destes requerimentos, porque devemos evitar a eternização das discussões...

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, o que ficou para votarmos logo à tarde foi a votação dos documentos, a não ser que haja algum tipo de

consenso e de alteração sobre estes documentos para a qual eu pedia que a discussão fosse rápida.

O Sr. João Ramos (PCP): - Sim, Sr. Presidente, mas eu pedi a palavra também por outro motivo.

Há uma reunião marcada para a próxima quinta-feira de manhã, que é o dia destinado às reuniões dos grupos parlamentares que, por regra, é respeitada por todas as Comissões.

Por isso, quero perceber se se podem tomar diligências no sentido de mudar a reunião de quinta-feira de manhã para quinta-feira depois do Plenário.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, conheço essa preocupação, sei que o Grupo Parlamentar do PCP é sempre muito rigoroso no respeito pela manhã destinada a essas reuniões — e não é novo o que nos traz — e que o Grupo Parlamentar do PCP é, historicamente, muito exigente quanto a poder fazer a sua reunião de Grupo Parlamentar sem nenhum constrangimento, mas a minha única dúvida é se conseguimos ou não alterar a vinda deste cidadão, mas vou procurar fazer uma diligência nesse sentido e, logo à tarde, logo lhe direi. Se for possível melhor, se não logo veremos, mas vou pedir aos serviços da comissão que tentem, desde já, proceder a essa alteração.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 37 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.